

Coluna do Castello

Das subcomissões à hora do consenso

As subcomissões da Assembléia Constituinte atenderam no prazo a determinação do presidente, sr Ulysses Guimarães, e produziram seus relatórios. Essas 24 subcomissões integram, em grupos de três, as oito comissões temáticas que irão rever seu trabalho e submetê-los a uma discussão geral, seguida de votação para que um novo relatório parcial, que poderá acolher algumas das centenas de emendas que não foram incluídas oportunamente na primeira etapa dos trabalhos, seja produzido.



Como etapa preliminar vencida, a Constituinte demonstrou operosidade e disposição de dar conta da sua tarefa em tempo hábil, a menos que embaraços políticos perturbem as fases intermediária e final da elaboração do texto da nova Constituição, cuja novidade é objeto dos mais auspiciosos augúrios do senador Afonso Arinos. Os trabalhos dos 24 grupos dão uma idéia das tendências a serem confrontadas e apuradas a partir de agora até os trabalhos da Comissão de Sistematização, à qual cumprirá a difícil tarefa de tudo conciliar num anteprojeto que haverá de guardar coerência e unidade doutrinária, malgrado as irrecusáveis contradições de pormenores.

Tem-se dado o maior relevo às conclusões da Subcomissão do Poder Executivo, cujo relator, o senador Fogaça, teve o cuidado de submeter sua peça a uma seleta reunião de líderes na casa do presidente do PMDB. Ele opina, como se sabe, pelo mandato presidencial de quatro anos, sem exclusão do mandato do sr José Sarney, e pela adoção de um tipo de sistema de governo parlamentarista muito próximo da idéia dominante do que seja parlamentarismo. O mandato de quatro anos é uma opção majoritária, no PMDB, segundo pesquisas realizadas, mas que não excluem a hipótese de que se somem partidários de outras soluções em torno de um novo tipo de mandato. Os líderes e figuras grávidas do partido, reunidos na residência do sr Ulysses Guimarães, concordaram, na maioria, com a tese do relator parcial, mas há discordâncias quanto ao tipo do regime de gabinete.

Ter-se como conclusivo o parecer do sr Fogaça seria o mesmo que atribuir igual condição ao parecer do deputado Francisco Rossi, relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, que determina para 90 dias depois de promulgada a Constituição (possivelmente março do próximo ano) eleição geral para presidente, vice-presidente, deputados e senadores. Essa idéia tem sido atribuída ao presidente José Sarney, o que soa mais a intriga do que a verdade, mas evidentemente a Constituinte não tenderia ao suicídio coletivo só para abreviar o mandato do presidente, que desagrada os grupos radicais. No entanto, trata-se também de um parecer.

Há pareceres preciosos, como o do relator da Subcomissão de Minorias, deputado Alceni Guerra. O parecer, pelos relatos dos jornais, teria comovido a comissão. Na verdade, o caso é de gerar emoção tal a pureza das intenções de um parlamentar que pretende submeter a exploração de minerais e minérios das regiões ocupadas pelos indígenas a uma prévia autorização das próprias tribos, as quais, de semi-responsáveis, passariam a ter uma responsabilidade superior à do presidente da República. Está muito bem termos novos heróis como Zumbi dos Palmares e a história da raça negra recontada por representantes dela. Há matéria para trabalho pessoal de alguns escritores e deputados que ainda não assimilaram sua verdadeira condição racial.

Como se vê, há muita matéria a ser coordenada pelas oito grandes comissões e, depois, pela Comissão de Sistematização. Aí é que os altos entendimentos políticos realizados pelo presidente da República com os partidos irão selecionar, dentre as tendências dominantes da opinião nacional, aquelas compatíveis com um estatuto básico que irá delinear o projeto de modernização e democratização da nação brasileira, nela absorvidas suas minorias de índios, negros, coreanos e de diversas outras nacionalidades, que têm contribuído para a formação do país e que agora terão direito de definir sua participação na doutrina nacional. As divergências serão resolvidas no voto. Resta saber que forças ou que líderes conduzirão a maioria.

A opção pelo parlamentarismo parece dominante e irreprimível, mas há muito o que fazer para compelir presidenciáveis como o sr Ulysses Guimarães a ver o futuro sem a existência de uma presidência imperial na qual se imagina investido no futuro próximo. O manifesto da dissidência do PMDB não afeta as aspirações do presidente do partido a não ser na medida em que abre caminho para avaliação diferente da sua quanto à duração do mandato do presidente José Sarney e do tipo de parlamentarismo autêntico desejado pela maioria. A Constituição faz-se ao sabor das aspirações das correntes civis e, como lembra o sr Afonso Arinos, pela primeira vez as Forças Armadas não ditam aos políticos as opções da sua preferência em matéria de organização do estado e da sociedade. Nem as Forças Armadas nem qualquer grupo de ação que pretenda tutelá-la. A Constituição há de refletir um consenso.

Carlos Castello Branco